

“A SUCURSAL DA FAVELLA”: PRODUÇÃO DO
ESPAÇO CRIMINALIZADO SUBURBANO NA
ESTAÇÃO D. CLARA (1900-1910)

“THE BRANCH OF THE FAVELLA”: PRODUCTION
OF THE SUBURBAN CRIMINALIZED SPACE AT D.
CLARA STATION (1900-1910)

FÁBIO DE BRITO REZENDE¹
Universidade Federal de São Paulo

Resumo: o presente texto analisa a construção de um “espaço criminalizado” nos subúrbios cariocas em fins da década de 1900, nos arredores da estação ferroviária D. Clara, localizada no distrito suburbano de Irajá, no contexto das reformas urbanas cariocas conduzidas no início da mesma década. A partir da análise documental de periódicos da época, identificamos que, após campanha realizada pela Repartição de Saúde Pública (liderada pelo médico Oswaldo Cruz) em 1907, que ocasionou a expulsão de moradores dos morros da Favella, Providência e Santo Antônio (localizadas nos distritos centrais da cidade) houve notável preocupação da imprensa sobre os destinos desta população deslocada – frequentemente

Abstract: this text analyses construction of a “criminalized space” in Rio de Janeiro’s suburbs at the end of the 1900 decade, in the outskirts of D. Clara’s railway station, located at the suburban district of Irajá, in the context of the urban reforms conducted at the start of the same decade. Starting from the documental analysis of published newspapers, we can identify that, after a campaign carried out by the Department of Public Health (lead by dr. Oswaldo Cruz) in 1907, that resulted in the expulsion of residents of the Favella, Providência and Santo Antônio hills, there was a notable concern about the destination of this dislocated population – often referred as “ruffians” by the press and with a

¹ Fábio Rezende é mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER/CEFET-RJ), e atualmente é doutorando em História pela Universidade Federal de São Paulo (PPGH/UNIFESP). E-mail para contato: fabrez@hotmail.com.

chamados de “facínoras” na imprensa e preconceituosamente associados ao crime – acompanhando-os à região de D. Clara. *biased relation to crimes – tracking them to D. Clara.*

Palavras-chave: Rio de Janeiro, subúrbios, favelas **Keywords:** Rio de Janeiro, suburbs, favelas

INTRODUÇÃO: “O RIO CIVILIZA-SE”

A década de 1900 se apresentou como palco de profundas mudanças em suas feições urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Animados com a retórica modernizante da República, as classes dirigentes do país externaram a necessidade de tornar a capital brasileira vitrine das expectativas de um infante projeto de nação republicano – que se quis moderno, branco, europeu.

Não por acaso, foram de Paris algumas das principais influências para os planos de se transformar a cidade a partir de novos paradigmas (ABREU, 2022), com claras inspirações às obras realizadas pelo Barão da Haussmann, prefeito da cidade europeia em meados do século XIX. Foi importado, até mesmo, o termo *Belle Époque* para se referir a este momento de grandes intervenções na cidade. Porém, aos olhos destes ilustrados membros da sociedade, já se apresentavam inscritas na cidade uma série de impeditivos para o tão almejado “progresso” nacional, materializadas em duas formas de habitação bem características dos distritos urbanos cariocas: os cortiços e as favelas.

Os diversos cortiços espalhados pelo centro da cidade e habitados por toda sorte de pessoas – entre imigrantes portugueses e espanhóis, chineses e “turcos” (como eram chamados, genericamente, os árabes que na cidade moravam), pretos e “mulatos” (ou “mestiços”, definições que atualmente são considerada s problemáticas, mas que à época eram bastante empregadas) – já haviam capturado as atenções do poder público desde, pelo menos, a década de 1870 (Chalhoub, 1996), como evidenciados por diversos dispositivos presentes nos Códigos de

Postura da cidade, que visavam a proibição de construção de novos cortiços e a manutenção dos prédios já existentes.

Ainda assim, foi apenas no início da década de 1890 que, pelas ações do prefeito Barata Ribeiro, o cerco aos cortiços ganhou vigor – e ares de espetáculo. A demolição do maior cortiço da cidade, o *Cabeça de Porco* (que se localizava, aproximadamente, entre a atual estação Central do Brasil e o morro da Providência) foi avidamente acompanhada de perto pela imprensa carioca, que relatou em detalhes o esquema de demolição do cortiço. A ação contou com a presença agentes públicos e privados – de empresários a autoridades políticas, como intendentess, delegados, policiais e bombeiros, além de funcionários da Empresa de Melhoramentos do Brasil. Chalhoub (1996) nos apresenta com clareza esta cena, ocorrida em uma noite de fevereiro de 1893:

Consumado o cerco policial à estalagem, e posicionados os técnicos e autoridades, surgiram mais de cem trabalhadores da Intendência Municipal, adequadamente armados com picaretas e machados. Os empresários Carlos Sampaio e Vieira Souto, também presentes ao evento, providenciaram o comparecimento de outros quarenta operários da Empresa de Melhoramentos do Brasil, para auxiliarem no trabalho de destruição. Finalmente, um grupo de bombeiros, com suas competentes mangueiras, se apresentou para irrigar os terrenos e as casas, aplacando assim as densas nuvens de poeira que começavam a se levantar (Chalhoub, 1996, p. 16).

Após a fatídica demolição, foi evidente o contentamento dos agentes do poder público, da imprensa e de seus leitores, que se viram finalmente livres do que consideravam um antro de criminosos e o principal vetor de doenças contagiosas que assolavam a cidade carioca no decorrer do século XIX (como a febre amarela e a tuberculose), cujas epidemias se tornaram mais frequentes conforme a cidade crescia em tamanho e população. Os cortiços representavam, então, o epicentro de todos os problemas da cidade: crime, doenças, vícios e pobreza.

Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e

malandros, todos pertencentes à chamada “classe perigosa”. Definido como um verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador de doença e do vício, era denunciado e condenado através dos discursos médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos da cidade (Valladares, 2005, p. 24).

Por isso, políticos, imprensa e opinião pública pouco estavam preocupados com o destino das pessoas que ali ainda habitavam, e que, em questão de horas, perderam seus lares e seus poucos bens, soterrados nos escombros do notório cortiço.

As notícias sobre o episódio louvaram a decisão e a coragem do prefeito com alusões à mitologia greco-romana. Em estilo gongórico bastante comum na imprensa do período, a *Gazeta* transfigurava o prefeito em Perseu, e o Cabeça de Porco em Cabeça de Medusa. [...] Barata Ribeiro, homem pequeno e magricela, devia ser um Hércules dos “novos tempos”, e sua missão era purificar a cidade, livrando-a definitivamente daquele “mundo de imundície” (Chalhoub, 1996, p. 18).

Houve, no entanto, quem ficasse preocupado com os efeitos que as ações do prefeito poderiam futuramente acarretar: “[...] no *Jornal do Brasil*, havia o receio de que a estalagem fosse como ‘uma hidra igual a que nos fala a mitologia’” (Chalhoub, 1996, p. 18). Os anos seguintes mostraram que este temor foi rapidamente confirmado e, apesar de os cortiços ainda constituírem uma realidade da paisagem urbana carioca, as favelas surgiram como um novo elemento deste cenário – e um novo antagonista das elites da cidade. Um território não mais escondido entre vielas e becos, como era o caso dos cortiços, mas sim assomando sobre a cidade, nas encostas acidentadas dos diversos morros existentes nos distritos centrais do Rio de Janeiro. Como bem apontado por Chalhoub (1996), terminada a Era dos Cortiços, os cariocas entraram no Século das Favelas.

A história da primeira favela tem alguns possíveis pontos iniciais, e podemos a partir de Campos (2010) apontar três eventos importantes nesse contexto: a Guerra do Paraguai

(terminada em 1870), a demolição do *Cabeça de Porco* (ocorrida em 1893) e o cerco a Canudos (terminado em 1897). A conexão com a Guerra do Paraguai se daria pela formação de acampamentos de soldados no morro da Providência, uma região próxima ao Ministério da Guerra, onde aguardariam a concretização das promessas feitas durante a campanha militar no exterior, como o pagamento dos soldos e cessão de terras aos soldados. Sobre a relação com a demolição do *Cabeça de Porco*, podemos identificá-la nas horas seguintes à sua consecução:

O destino dos moradores despejados é ignorado, mas Lilian Fessler Vaz, autora do melhor e mais completo estudo sobre a história dos cortiços do Rio, levantou recentemente uma hipótese bastante plausível. O prefeito Barata Ribeiro, num magnânimo rompante de generosidade, mandou “facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a tirada das madeiras que podiam ser aproveitadas” em outras construções. De posse do material para erguer pelos menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá mesmo por detrás da estalagem. Um trecho do dito morro já parecia até ocupado por casebres, e pelos menos uma das proprietárias do Cabeça de Porco possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos (Chalhoub, 1996, p. 17).

No entanto, apesar de apontarmos as favelas cariocas como formas de ocupação específicas que se espalharam pelo território da cidade no decorrer do século XX, a primeira vez que a palavra “favela” foi usada para se referir a um território foi no sertão baiano, mais especificamente durante o cerco a Canudos, o terceiro evento apontado por Campos. Devido à presença marcante de uma planta chamada *favella* no morro próximo ao assentamento de Canudos, os soldados ali acampados começaram a chamar a região de “morro da Favella²”. Findado o cerco, os soldados se encontraram em situação similar à dos veteranos do

² Importa destacar que, neste período, o termo “favela” (ou “favella”, mais comumente utilizado na imprensa no início do século XX) referia-se a uma porção territorial contígua ao morro da Providência. Neste artigo, escolhemos a grafia “favella” por ser a mais frequentemente utilizada para se referir à região durante a década de 1900.

Paraguai, acampados, também, no morro próximo ao Ministério da Guerra no distrito federal brasileiro. Talvez pela similaridade da situação – um acampamento militar próximo a uma cidade – os veteranos de Canudos começaram a chamar a porção que ocupavam nas encostas cariocas de *Favella*:

Uma diligência que devia ser feita no morro da Providência, no ponto denominado Favella, não se effectou devido ao máo tempo.

Quando nos fallaram em Favella ficamos um tanto confusos, pois suppunhamos que tal nome só existisse para os lados de Canudos, nos sertões da Bahia.

Mas o inspector Fontes nos deu a seguinte explicação:

— Tendo chegado da Bahia um batalhão do exército, que fez toda a campanha de Canudos, diversos soldados fizeram residência naquele ponto do morro, e como se parecesse com o lugar denominado Favella naquelle Estado, deram-lhe esse nome.

Actualmente, na redondeza, ninguém conhece aquelle lugar senão por Favella (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de jul. 1901, nº 186, p. 2)³

A mobilização da opinião pública através da imprensa contra a Favella se deu rapidamente, sendo identificado um discurso criminal já nas primeiras publicações de notícias referentes à região, representando uma continuidade do tratamento dispensado aos cortiços (REZENDE, 2023). Da mesma forma que os cortiços representavam um vetor dos crimes, doenças e vícios da cidade durante a segunda metade do século XIX, eram as favelas que comportaram este discurso no início do século XX. Com a República, e a construção de um novo projeto de nação baseado originalmente no embranquecimento do país, a população negra da cidade passou a representar a antítese do progresso nacional, tendo represadas sobre si uma série de representações negativas, considerados preguiçosos, propensos ao crime, promíscuos e incapazes de formar famílias ou ocupar postos de trabalho assalariado (MOURA, 1988; SODRÉ, 2002).

³ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/9834.

Dessa forma, criou-se uma polaridade entre o *progresso branco* e o *atraso negro*.

[...] as teorias raciais disseminadas no país se inscreveram na paisagem urbana carioca. Civilização, modernização, urbanidade, moralidade foram algumas das palavras que regeram a intervenção dos governos na cidade. Se, por um lado, havia a retórica do desejado, do ideal, por outro surgia o antagonista dessa construção evolucionista. O antagonismo foi, então, marcado na pele de uma parcela considerável da população da cidade (Rezende, 2023, p. 125).

No decorrer da década de 1900, a construção da Favella como uma região onde ocorriam os mais assombrosos crimes foi elemento marcante da narrativa propagada pela imprensa carioca. Entre as diversas *navalhadas* e *cenarões de sangue*, como eram frequentemente noticiados os “sambas e batuques” e as incursões policiais na região, criou-se um clima de perigo constante nos entornos dos morros da Favella, Providência e Santo Antônio.

Nesta mesma década, um conjunto de reformas urbanas, conduzidas simultaneamente pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente Rodrigues Alves, visava modernizar a cidade e inscrever o novo século na paisagem urbana do Rio de Janeiro. O alargamento de vias, a padronização dos edifícios e conexão dos distritos da cidade foram algumas das ações prometidas e executadas pelos agentes políticos da época, além da disseminação dos bondes elétricos por meio da empresa canadense Lyght. A célebre frase “O Rio civiliza-se”, publicada pelo escritor Alberto Figueiredo Pimentel, sintetizou o clima de otimismo com o qual as reformas foram recebidas à época.

A Favella, então, surgiu como um empecilho aos ideais de modernização da cidade, tanto pela perspectiva estética (casinhas com paredes de tábuas de madeiras, folhas de zinco e latas de querosene reutilizadas e piso batido – em contraposição às novas fachadas de inspiração europeia que se disseminaram no centro urbano carioca), quanto pelas perspectivas higiênica e criminal (que à época eram intimamente interligadas, já que a ideia de *saneamento* aludia a erradicação dos males da população, destacados entre eles o crime e o vício). Em suma, “[...] o

surgimento das favelas do Rio de Janeiro atizou discursos que promoviam uma correspondência entre negritude, barbárie e atraso” (Cardoso, 2022, p. 41).

Por isso, importa destacar que a região (os bairros da Gamboa e Saúde) era historicamente ocupados por uma população predominantemente negra, o que justificaria os esforços empreendidos para o *saneamento* da região. *Sanear*, para os agentes das delegacias de Polícia e Saúde Pública nos primeiros anos da República, significava livrar-se dos corpos que ocupavam estes espaços considerados insalubres, pois seriam eles os vetores de tais males, e não as condições precárias de onde habitavam, marcados pela ineficiência – e negligência – dos poderes governamentais de ofertar uma infraestrutura mínima que garantisse habitações dignas a estes moradores.

Outro aspecto que reforçava a construção negativa da negritude carioca pode ser encontrado nas normas que regiam e inspiravam a ação e repressão policial da época. A “teoria” lombrosiana do *criminoso nato* cumpriu notável influência intelectual na criminalística brasileira (Machado, 2021), consolidada na ideia explorada poucos anos depois por Nina Rodrigues, de que os negros e mestiços da nação possuíam uma predisposição natural ao crime.

Em adição, vários códigos criminais foram instituídos no início da República para reprimir manifestações culturais notadamente negras, como o samba (que pelos “calores” provocados no corpo, aumentariam a predisposição dos negros à violência), as religiões de matriz africana (vistas como insalubres e selvagens, incompatíveis com o “progresso” e a “civilização”) e a capoeira (vinculada a atividades criminosas de quadrilhas de assaltantes). Esta última figurava nos artigos 402, 403 e 404 de um conjunto do Código Penal de 1890, que versava sobre os “vadios e capoeiras”. Atualmente, consideramos este um dos mais notórios códigos criminais da época, mobilizados na repressão a corpos negros que ocupavam os espaços urbanos no país, mais conhecido popularmente como as *Leis da Vadiagem*. Os artigos em questão tratavam sobre o crime de vadiagem e suas punições penais, que iam da detenção prisional até o recolhimento dos infratores em “estabelecimentos prisionais industriais”:

Art. 399 – Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos (BRASIL, 1890).

O quadro em que a população negra da cidade se encontrava, então, era de criminalização existencial. Eram considerados vetores de doenças, vícios e predispostos à criminalidade, tendo suas manifestações culturais consideradas atos criminosos, e sua mera circulação pela cidade era acompanhada atentamente por agentes policiais. O legado da escravidão na visão que se havia construído sobre os negros brasileiros, unido à preferência pela contratação de pessoas brancas para a ocupação de postos de trabalho, fez a informalidade predominar entre as formas de subsistência desta população. Logo comprovar ocupação laboral (tanto para se justificar a um policial quanto para ocupar um espaço nas poucas vilas operárias que foram construídas na década de 1900 no Rio de Janeiro) era um desafio rotineiro para esta parcela da população carioca. Como bem apontado por Cruz (2020) o plano era “desafricanizar” a cidade, e um cerco ao morro da Favella, no ano de 1907, foi parcialmente bem-sucedido nesta empreitada.

“UMA SUCURSAL DA FAVELLA”: SUBURBANIZAÇÃO DO ESPAÇO CRIMINALIZADO

A palavra *favella* começou a surgir, na imprensa carioca, nas primeiras semanas de 1901 (Rezende, 2023), rapidamente mobilizada e relacionada a uma retórica negativa sobre o território, nas páginas dos diversos jornais e revistas que

circulavam pelo centro do Rio de Janeiro. Foi o começo de uma constante, apontada por Campos (2010), de produção de um “espaço criminalizado” da cidade. Ao longo do século XX, as favelas viriam a protagonizar a ascensão e queda de bicheiros e traficantes de drogas, das guerras de facção e do crime organizado. O que se pode identificar, através das fontes levantadas referentes ao morro da Favella, nos primeiros anos de 1900, é justamente que este discurso incriminatório já se havia iniciado enquanto o termo “favella” se popularizava entre os moradores da cidade.

Considerando a grande influência exercida pela imprensa no início do século XX, a análise destes documentos deve ser feita com atenção. Com os devidos cuidados, nos deparamos com uma fonte rica em elementos de interpretação das tendências que regiam os costumes e rotinas de uma época.

[...] a imprensa tem um papel fundamental dentro da sociedade, uma vez que através das páginas percebemos as mudanças ocorridas dentro desta. Pois é através dela que podemos analisar os seus discursos moralistas, político e econômicos. Uma vez que na imprensa são ditadas as modas, as regras de conduta dentro da sociedade e conselhos para as moças que pretendem arranjar um bom casamento, ou até mesmo conhecermos o momento político claro levando em consideração a tendência política seguida pelos jornais (Kreniski; Aguiar, 2011, p. 4).

Cellard (2012) aponta por meio da *análise documental* os cuidados que devem ser tomados no tratamento destas fontes de pesquisa, oportunizando um operador metodológico interessante para a investigação da imprensa carioca.

O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade. O autor do documento conseguiu reportar fielmente os fatos? Ou ele exprime mais as percepções de uma fração particular da população? Por outro lado, o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e

contentar-se com o que tiver à mão: fragmentos eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidos por um desconhecido, etc. É, portanto, a razão desses limites importantes, que o pesquisador terá de tomar um certo número de precauções prévias que lhe facilitarão a tarefa e serão, parcialmente, garantias da validade e da solidez de suas explicações (Cellard, 2012, p. 296).

Por razão do cuidado na construção de um perfil de quem escreve, tão importante quanto a mensagem publicada são os seus propagadores e, também, de seus receptores. No caso da imprensa carioca do início do século XX, esta era produzida predominantemente por homens brancos de classe média e alta. Tendo em vista as altas taxas de analfabetismo da cidade (cerca de metade da população, segundo os censos da época), tanto os atos de escrita quanto os de leitura predispunham um caráter proibitivo para o acesso aos jornais e revistas da cidade.

Ainda assim, devemos destacar que a palavra escrita circulava livremente pela oralidade, seja nas ruas e esquinas, nos botequins, boutiques e quiosques cariocas. Mesmo os que não sabiam ler ou escrever conseguiam se informar através das redes de sociabilidade que compunham a rotina do distrito federal brasileiro. No entanto, a primazia de produção dos jornais – este veículo de comunicação de massas que possuía um caráter legitimador de discursos e narrativas – se concentrava, em grande medida, nas mãos dos mais abastados.

No decorrer da década de 1900, estes indivíduos utilizaram da imprensa para mobilizar uma opinião pública desfavorável aos moradores do morro da Favella. Novamente, as camadas mais pobres (e mais negras) da cidade eram colocadas no centro dos debates sobre progresso e atraso, e a solução para a Favella, assim como havia ocorrido anteriormente com os cortiços, foi a determinação de seu saneamento. Em janeiro de 1905, uma publicação no *Jornal do Brasil* atesta uma destas tentativas:

Os proprietários de terrenos no morro da Favella foram convidados pelo sr. prefeito a construir pequenas habitações para a classe proletária visto ter a Prefeitura de mandar demolir os

cortiços alli existentes, por não estarem de accordo com as posturas municipaes.

São em número de 28 os grupos de taes habitações e ainda subdivididos em nada menos de 63 infectas vivendas, onde a luz é pouca e a falta de hygiene completa.

Na sua maioria são feitas de taipa ou de folhas de lata de kerosene, sem a menor segurança (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de jan. 1905, nº 11, p. 1)⁴

A partir de publicações na imprensa carioca, não pudemos confirmar se esta ação foi devidamente realizada. Mas podemos identificar que, em abril de 1907 (durante o termo de outro prefeito carioca, Souza Aguiar), uma ação conjunta da delegacia de Polícia e da Repartição de Saúde Pública (o último liderado à época pelo médico Oswaldo Cruz) foi noticiada:

Ouvimos que os Srs. Alfredo Pinto, General Souza Aguiar e Dr. Oswaldo Cruz entraram num accordo, de que resultará o saneamento dos morros de Santo Antônio e da Favella, onde são muito numerosas as habitações illegaes, sem hygiene, levantadas de uma hora para outra pelo primeiro adventício, sem tecto, sem profissão e sem escrúpulos. A ação combinada dos Srs. Chefe de Política, Prefeito do Districto e Director da Saúde Pública parece vai fazer acatar-se dentro de muito pouco tempo (*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 18 de abr. 1907, nº 107, p. 3).⁵

No entanto, diferentemente do que ocorreu com o *Cabeça de Porco*, foi notável na imprensa a preocupação com o destino das pessoas que seriam expulsas da região, e que a ação não se deu de forma tão célere quanto imaginada pelo redator do *Jornal do Commercio*. Um leitor, que enviava textos geralmente críticos ao governo da época, assinando seus textos de opinião apenas como *E*, enviou uma carta, publicada na edição do dia 16 de abril de 1907, em tom de ironia e com uma retórica ácida de oposição às ações prestes a serem postas em prática:

⁴ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/15629.

⁵ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_09/12407.

Os jornaes de hontem noticiaram que os habitantes do morro da Favella foram obrigados a mudarem-se. Ou mudam-se dentro de dez dias, ou a Hygiene despeja-os. Isto quer dizer: estão aqui, estão na rua.

Esta medida da Hygiene é realmente muito bonita. Os casebres são taperas feitas de folhas de Flandres e alguns caixões; em cada antro daquelles moram às vezes famílias numerosas; há assassinos e há tuberculosos dormindo no mesmo espaço rarefeito e cheio de miasmas. A Hygiene mostra até um desenvolvimento de sentimentos esthéticos, acabando com o horror...

Mas para onde vai aquella densa população?

Para onde vão os miseráveis, os humildes, os pobres diabos que moram alli, evidentemente porque não têm meios para morar em outro lugar? Onde se recolherá a serie lamentável de desgraçados que embalde procurariam nesta babel uma casa em que pudessem morar com os seus mais módicos vencimentos?

Na rua? À luz das estrellas. É também muito bonito, quando há as estrellas.

Muitas vezes chove e a polícia, com os olhos super-lynce do Dr. Alfredo Pinto, não permite vagabundos depois das dez horas, na rua.

Onde pois?

A medida seria remediada e por consequência justa se nós tivéssemos habitações operárias, se o governo tivesse se lembrado de que é preciso proteger os pobres, que os pobres não vivem apenas na Avenida Central, da Beira Mar e de outras avenidas subseqüentes cujos aluguéis mensaes sobem a contas de réis.

O Prefeito Passos e o Sr. director da Hygiene derrubaram uma porção de casas, acabaram com uma porção de cortiços, desalojaram a população pobre. Muito bem. O resultado único foi ter a cidade a honra de ver casas apalacetadas em toda a parte, e ver-se o pobre obrigado a recorrer aos outros casebres, felizmente salvo da hecatombe, à belleza urbana. O actual prefeito ainda não os quiz desmanchar, mas está naturalmente meditando nas habitações para pobres — visto as que se estão fazendo serem occupadas em breve por toda a gente, menos por pobres.

Dahi esta linda condição dos humildes na cidade de S. Sebastião. A Hygiene atira-os no olho da rua; a Prefeitura não os recolhe e

a polícia proíbe-lhes a dormida no relento. É a lei e é a justiça no século XX, naturalmente das luzes também.

Só há um conselho a dar aos coitados da Favella, que não têm a culpa de não morar em Botafogo: — a Hygiene cumpre o seu dever, a Prefeitura cumpre o seu dever, a polícia cumpre o seu dever, a sociedade cumpre o seu dever. Cumpre também o teu: suicida-te (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1 de jun. 1907, nº 152, p. 2)⁶

A reprovação da ação não repercutiu apenas por meio das opiniões de leitores, mas também na ação de redatores de um dos jornais da cidade – o *Jornal do Brasil* –, que enviou representantes para uma investigação das condições do morro da Favella, algumas semanas depois do anúncio publicado em abril de 1907 (Figura 1). Foi uma das primeiras vezes em que os moradores da região foram entrevistados, e uma das poucas ocasiões em que não foram criminalizados *a priori* no decorrer da década.



Figura 1 – Recorte do *Jornal do Brasil* de 12/07/1907

Fonte: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/22975.

Mesmo não estando em um espaço de destaque da edição em que foi publicada, a reportagem ocupou espaço considerável

⁶ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_04/14922.

da terceira página do jornal. A longa matéria tratou de vários tópicos, como as condições precárias de habitação da região, a quantidade de mulheres, crianças e idosos que moravam na Favella, e a suposta truculência dos agentes públicos – visto que, pelos relatos dos moradores, haviam ignorado os prazos estipulados pelos órgãos envolvidos e começado antecipadamente a demolição das residências. Analisando outras notícias referentes à ação de saneamento da Favella nos jornais cariocas, podemos identificar que foram diversos os adiamentos referentes à ação que deveria ter acontecido até o fim de abril de 1907. Um relatório redigido por Oswaldo Cruz e apresentado ao Ministro do Interior, publicado no periódico *Brasil Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* em 1909, apresenta algumas informações que podem ajudar a entender este quadro:

Em synthese, posso levar ao conhecimento de V. Ex. que quasi todas as casas do Rio de Janeiro têm sido remodeladas, de acordo com os mais sãos princípios de hygiene. Os antigos e infectos “cortiços” têm sido demolidos e substituídos por *avenidas* higienicas. Pelo relatório do Dr. BARROSO DO AMARAL, Delegado do 6º Districto, poderá V. Ex. ter uma idéia do que nesse sentido se está fazendo.

Infelizmente, nem toda a classe proletária tem podido gozar da totalidade dos benefícios que tem colhido a população do Rio, em materia sanitaria. A classe mais desfavorecida da sorte vive em barracões e casebres acumulados pelos morros e colinas, e ahi vegeta, quasi que ao desamparo, sem agua, sem exgottos, sem tecto, e, portanto, sem hygiene. Em taes condições, estão os habitantes do morro de Santo Antonio, do denominado morro da Favella e outros tantos. A ausência de numero suficiente de “casas para operarios” tem sido o grande escôlho que tem encontrado a Directoria de Saúde para levar a esses pontos as medidas de saneamento, únicas a eles applicaveis: a demolição em massa de taes pardieiros.

As tentativas que fez com esse intuito fôram baldadas e as ordens expedidas revogadas, à vista da logica esmagadora e simples que apresentou a população de taes zonas, que, submissa e prompta a cumprir as determinações da auctoridade sanitaria, pedia apenas que se lhe indicasse o refugio onde pudesse abrigar sua pobreza. É esse um problema de magna importância para o qual tomo a liberdade de chamar a preciosa atenção de V. Ex. Os

agrupamentos do typo, – morros da Favella e Santo Antônio –, n'uma cidade como a nossa não podem permanecer por mais tempo; mas, também, não poderão desaparecer enquanto não fôrem construídas habitações higienicas e baratas para o abrigo da população pobre que ali vive (*Brasil Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*. Rio de Janeiro, 1 de jan. 1909, Ano XXIII, nº 1, p. 10)⁷

O relatório de Oswaldo Cruz ecoava a preocupação com a ausência de políticas que pudessem mitigar o déficit habitacional que atingia a cidade, e que seria agravado pelas ações de saneamento. No entanto, mesmo que o relatório do diretor geral da Repartição de Saúde Pública externasse tais preocupações e apelasse ao Ministro do Interior pela efetivação de medidas na direção de atender a estas demandas, a realidade do que ocorria nos morros era menos conciliatória. Segundo levantamento feito pelo *Jornal do Brasil*, dos três setores delimitados pela Repartição de Saúde Pública no morro da Favella para a ação de saneamento, um já se encontrava em estado avançado de demolição, em julho do mesmo ano. Os repórteres ficaram curiosos em saber o que havia acontecido com os moradores que vinham sendo expulsos pela ação conjunta da prefeitura, e oportunamente encontraram uma pessoa próxima dos escombros de uma habitação demolida com este conhecimento.

Tratava-se de Palmyra Maria da Conceição, e os escombros em questão, de acordo com seu relato, eram de sua própria casa. Perguntada sobre o destino dos residentes expulsos da Favella, sua resposta foi: “— Ah! Uns foram lá para cima do matto, outros, que podiam, foram para D. Clara, Rio das Pedras, Madureira...” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de jul. 1907, nº 163, p. 3).⁸ Madureira e D. Clara eram duas estações ferroviárias relativamente recentes (inauguradas,

⁷ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/081272x/4617>.

⁸ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/22975.

respectivamente, em 1890 e 1897), localizadas no distrito suburbano de Irajá, nos subúrbios cariocas.

Em adição a esta informação, apontamos mais dois elementos relevantes ao processo de ocupação da cidade do Rio de Janeiro, nos meses e anos posteriores às ações no morro da Favella, em 1907. Primeiramente, o salto populacional do distrito de Irajá nos censos dos anos de 1890, 1906 e 1920 – 13.126 habitantes em 1890, 27.406 habitantes em 1906 e 99.586 moradores em 1920 (Rezende, 2023). Em seguida, o decréscimo populacional nos distritos urbanos do centro carioca (em especial, o distrito em que estavam localizados os morros da Favella, Providência e Santo Antônio; o distrito urbano da Candelária, por exemplo, teve um decréscimo populacional de 54% entre 1890 e 1906, caindo de 9.701 para 4.454 habitantes nestes 16 anos). Podemos, então, inferir na direção de confirmar o relato de Palmyra, identificando o distrito de Irajá – e, mais especificamente, os territórios próximos às estações D. Clara e Madureira – como uma região que recebeu parte deste contingente deslocado pelas reformas urbanas e pelas ações de saneamento nos morros centrais da cidade.

Aparentemente, esta conexão não passou despercebidamente pela imprensa carioca na década de 1900. Em abril de 1908, pouco menos de um ano após a campanha de saneamento noticiada no *Jornal do Brasil*, foi publicada no *Correio da Manhã* uma nota sobre a estação D. Clara, utilizando alguns dos mesmos recursos narrativos que, nos últimos anos, foram dispensados ao morro da Favella. A comparação não é feita apenas de forma indireta, através da linguagem empregada. O jornal menciona explicitamente a conexão entre as duas regiões no título, *Uma succursal da “Favella”*:

D. Clara, lugar muito afastado desta capital, habitado na sua maioria por soldados, está se tornando em uma succursal do celebre e acapadoçado morro da Favella.

Quer isto dizer que, quanto antes, o dr. Alfredo Pinto precisa mandar para lá força de cavalaria, o que atrás já foi não há muito prometido.

Ainda hontem, mais uma scena de sangue ali se desenrolou, sendo suas protagonistas duas mulheres (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de abr. 1908, nº 2475, p. 3).⁹

Menos de um ano após esta publicação, em 22 março de 1909 e no mesmo *Correio de Manhã*, outra matéria, desta vez intitulada *Domingo Vermelho*, foi noticiada. Foram relatados uma série de crimes ocorridos na cidade, ilustrando novamente D. Clara como um espaço de criminosos comparável à Favella. Contando com um detalhado relato dos diversos acontecimentos que escandalizavam a imprensa, o texto começa seus relatos pela estação suburbana e uma linguagem familiar. “D. Clara, a verdadeira sucursal do decantado morro da Favella, foi, hontem, mais uma vez, teatro de uma scena de sangue” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de mar. 1909, nº 2806, p. 2).¹⁰

Outros veículos de imprensa também se mobilizaram em noticiar este novo local de sobressaltos da cidade, um novo lar para os “facínoras” e “vadios” cariocas. No jornal *A Notícia*, a matéria *D. Clara em Sangue*, de 23 de março, relata o mesmo acontecimento publicado na edição do dia anterior no *Correio da Manhã*, e até mesmo as frases de efeito, como alusões a um “teatro de cenas de sangue”, foram repetidas e compartilhadas entre os dois jornais:

A nova Favella, em que ficou ultimamente transformada a estação D. Clara, foi hontem ainda uma vez teatro de uma scena de sangue, a qual já foi descripta pelos nossos colegas matutinos. Pelo inquérito iniciado, momentos depois de ocorrido, pelo Dr. Correa Dutra, delegado do 23º districto, teve o facto origem no interior da casa n. 51 da rua Maria José, residência de Clemente Compan, onde Castor Rodrigues, seu visinho fronteiro no n. 28, fora em procura de um cachorro para matar, armado de uma enxada (*A Notícia*. Rio de Janeiro, 23 de mar. 1909, nº 68, p. 3).¹¹

⁹ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_01/16273.

¹⁰ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_01/19286.

¹¹ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/830380/14792>.

A repercussão sobre o que acontecia nos entornos da estação D. Clara parece ter animado, no final da década, os diversos jornais cariocas a acompanharem o surgimento de uma “sucursal da Favella” em territórios suburbanos, em um momento em que os subúrbios começaram a ocupar um considerável espaço no imaginário popular, através de textos de escritores como Lima Barreto e Olavo Bilac:

Em maio de 1908, o poeta Olavo Bilac, no espaço nobre da crônica dominical da Gazeta de Notícias, chamava a atenção dos leitores para aquilo que definia como uma novidade do tempo: a vitalidade recente da vida dos subúrbios. “Já agora é preciso contar com os subúrbios na vida do Rio de Janeiro”, explicava o cronista, chamando a atenção para o fato de que “a cidade já não acaba em S. Cristóvão” (O’Donnell, 2012, p. 3).

O cronista ainda concluiu o texto afirmando que “o Matto Grosso existe”, em alusão aparentemente irônica a um apelido pejorativo utilizado para se referir aos subúrbios (uma forma de destacar a distância da região das áreas mais urbanas e “civilizadas” da cidade), e que havia sido proferido pelo prefeito Pereira Passos anteriormente. Logo, os subúrbios recebiam, através das penas de diversos cronistas cariocas, a notoriedade, enquanto D. Clara recebia, da imprensa, a infâmia. No dia 15 de abril de 1909, em um suplemento do jornal *O Século*, intitulado *O Subúrbio* (mais um indicativo da popularidade obtida pelos espaços suburbanos na época) foi publicada uma matéria com o revelador nome de *A Nova Favella*:

Não há certamente neste mundo de Christo quem não conheça ou tenha ouvido falar da celebre localidade suburbana, conhecida por D. Clara, ponto terminal dos trens suburbanos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Há cerca de um anno para cá, a pacata localidade que éra D. Clara, foi transformada em “Nova Favella” visto que, tendo sido desapropriados os casebres do “celebre” morro da Favella, toda aquella gente, bons e máos, foi procurar agasalho em Dona Clara. A pitoresca estação suburbana, tem hoje, cerca de DOIS MIL HABITANTES, na maioria conhecidos desordeiros, ladrões, assassinos, etc.

De quando em quando, D. Clara é transformada em praça de guerra, onde praças do exercito e policia, por causa de mulheres vagabundas, commettem ali as scenas mais barbaras possíveis, saindo em scena “revólveres”, “navalhas”, “facas” e outras armas, Arma-se o conflicto, o pessoal briga, matasse... a policia no 23 districto nada faz, porque são as proprias praças ali destacadas as promotoras de desordens e conflitos em D. Clara (*O Século*. Rio de Janeiro, 15 de abr. 1909, nº 807, p. 3).¹²

Duas semanas depois, no mesmo jornal, na edição do dia 29 de abril, mais uma matéria intitulada *A Nova Favella* foi noticiada:

Há tempos tratámos da infeliz localidade suburbana — D. Clara, hoje popularizada com o título genérico de “Nova Favella”, isto é, ninho dos mais celebrados desordeiros, ladrões e assassinos, que transformaram a alegre e florescente estação em verdadeiro quartel general de vagabundos.

Raro é o dia em que ali não se dá um sarilho, do qual resultam sair feridos por navalha ou faca homens e mulheres de vida duvidosa.

Em frente à agência da estação de D. Clara existe uma bica d’água, onde a população vae buscar em latas o precioso liquido para o consumo diário.

Em torno da referida bica d’água reúne-se grande numero de mulheres, homens e creanças, cada qual esperando a sua vez para encher as referidas latas, mas, durante tal espera nasce sempre uma discussão entre este ou aquelle individuo ou esta ou aquella mulher, e cujo resultado é sempre desagradável.

[...] A rua da estação é uma das predilectas para as reuniões dos “celebres” habitantes da “Nova Favella”, que ali vão esperar as suas “deusas”, afim de gozarem horas alegres, ao som do violão, cavaquinhos e flauta.

Aos sabbados e domingos, realizam-se ali “sambas”, “batuques” e bailes, no som dos instrumentos acima, e cujo final é sempre uma pancadaria.

Urge agora que o dr. Alfredo Pinto, chefe de policia, tome enérgicas providências, afim de cessar os “sarilhos”, “sambas” e “batuques” em D. Clara, não falando das “lutas romanas” e

¹² Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/224782/3271>.

outras scenas escandalosas (*O Século*. Rio de Janeiro, 29 de abr. 1909, nº 819, p. 3).¹³

Além de mais uma conexão direta entre os moradores expulsos da Favella e D. Clara, faz-se notável a correlação dos “sambas e batuques” com a violência, o que era utilizado como justificativa para sua criminalização. A predisposição destas pessoas para a violência também está presente na matéria, quando se aponta que a reunião destes indivíduos gera “sempre” uma discussão. Nesse ponto, inferimos uma predominância de negros nessa população criminalizada pela imprensa, dadas a natureza dos saneamentos realizados no centro da cidade, dos discursos empregados nestas matérias (como a referida predisposição à violência) e sua relação com manifestações culturais negras (os “sambas e batuques”).

No dia seguinte, no jornal *A Imprensa*, foi publicada uma curta nota com o título de *A Nova Favella*, o mesmo utilizado no suplemento *O Subúrbio*. O teor das notícias também foi similar:

A estação de D. Clara que até há pouco foi uma localidade de paz e harmonia é hoje uma verdadeira praça de guerra, a qual recebeu o baptismo de — “A Nova Favella”.

Raro é o dia em que ali não se dá um barulho, promovido por homens e mulheres de vida duvidosa. Actualmente é D. Clara jurisdição do 23º districto policial), ninho de conhecidos desordeiros, assassinos e ladrões, que há tempos, por terem sido desapropriados os casebres do morro da Favella, foram residir ali onde fazem coisas, que estão necessitando serias providencias por parte da policia.

O dr. Correa Dutra, delegado do respectivo districto, precisa fiscalizar a sua zona, infestada de gente que carece de certos castigos policiaes (*A Imprensa*. Rio de Janeiro, 30 de abr. 1909, nº 507, p. 3).¹⁴

Para além das evidentes correlações com o notório morro da Favella, explícitas nessa matéria, não nos escapa o emprego

¹³ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/224782/3319>.

¹⁴ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/245038/6123>.

das palavras “ninho” e “infestada”, artificios poderosos de desumanização das pessoas que viviam na região, culminando na produção de um espaço criminalizado, onde aparentemente todos são partícipes ou cúmplices das atividades criminosas ali praticadas. Cruz (2020) nos apresenta um quadro de construção desta região populada por criminosos como uma constante nas décadas seguintes, tendo sido criada até mesmo a infame figura da valente Maria Sapeca, uma capoeira conhecida por “aplicar rasteiras” e “navalhadas” em quem a confrontasse nas ruas de Madureira. Concordamos com Cardoso (2022) em sua interpretação de que estes discursos de criminalização se fizeram como justificativa das condições desumanas às quais esta parcela da população estava sendo sujeitada com a anuência dos poderes públicos.

Os discursos constituídos entre 1900 e 1930 associando as favelas e negritude serviram ao propósito de assegurar a alteridade radical dessas categorias na visão das elites dirigentes brasileiras. Só era tolerável ver homens, mulheres e crianças vivendo em condições degradantes, desprovidos de qualquer conforto ou serviços, expostos a todo perigo — em suma, abandonados à própria sorte —, se essa gente fosse considerada menos gente do que quem a governava. [...] Naquele contexto, existia um único fator capaz de ditar uma percepção tão radical de alteridade: a diferença racial — a bagagem acumulada de quatro séculos de escravagismo hereditário (Cardoso, 2022, p. 82).

Logo, a “nova Favella” na estação de D. Clara também se prestou a este papel de “ninho” do crime carioca, justificando a alternância de comportamentos do Estado para com estas regiões, entre ausência e presença constante. *Ausência* de políticas governamentais de habitação e infraestrutura, e *presença constante* dos mecanismos de repressão, incorporados pela ação policial que, à época, utilizou amplamente as *Leis da Vadiagem* para constranger e aprisionar pessoal negras no Rio de Janeiro, tanto nos distritos centrais quanto nos subúrbios cariocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A frase “O Rio civiliza-se” pode ser considerada um excelente resumo da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1900. Embora tenha sido proferida como propagadora de um discurso otimista, está encapsulada nesta curta frase uma das dinâmicas mais contraditórias da história brasileira: a ideia de “civilização”. Em um país perpassado pelo colonialismo, e fundado sobre a instituição da escravidão – que, no Brasil, assumiu caráter notadamente racial –, o ideal construído de civilização foi alicerçado em padrões eurocêntricos.

Ou seja, para que se alcançasse o tão almejado progresso era necessário, tanto quanto possível, aproximar o Brasil da Europa. Logicamente, este ideário não se inscreveu apenas na construção da intelectualidade brasileira, que ignorava qualquer possibilidade de contribuição dos povos originários e dos africanos e afrobrasileiros que não fossem anteriormente legitimados pelo crivo de uma Academia branca e fortemente influenciada pelos pensadores europeus. Era necessário, também, “civilizar” as cidades, e o Rio de Janeiro, capital de uma infante República, assumiu, no início do século XX, um papel central, uma vitrine do que se buscava como projeto de nação.

As espaçosas e vistosas avenidas e a padronização dos edifícios uniram-se a outros elementos que justificaram uma extensa intervenção na paisagem carioca. A Repartição de Saúde Pública e as circunscrições policiais cumpriram um papel ativo na ocupação do espaço urbano da cidade, sendo o discurso sanitaria responsável por legitimar, através da autoridade médica de seus representantes, os processos de deslocamento populacional necessários para consolidar a *Belle Époque* do Rio de Janeiro, enquanto as polícias agiram para garantir a “ordem” e reprimir, através de mecanismos legais como as *Leis da Vadiagem*, qualquer corpo considerável incompatível com os padrões estabelecidos pelas elites dirigentes para a urbe carioca.

Não apenas por meio do Estado se erigiu este cerco às populações mais vulneráveis da cidade, predominantemente composta por negros. A imprensa foi mobilizada na criação dos diversos espaços de sobressaltos espalhadas pelos distritos urbanos cariocas, construindo por anos uma opinião pública

desfavorável não apenas às condições precárias a que estavam sujeitos os habitantes das primeiras favelas do Rio de Janeiro, mas, para além disso, contrários à presença destes corpos na capital brasileira, renovada aos modelos de uma modernidade europeizada. Era necessário que se generalizasse os discursos sobre os territórios e os habitantes das favelas, como um “ninho infestado” dos piores elementos da sociedade. Só assim seriam justificadas a negligência do poder público para as condições a que estavam sujeitas essa população, assim como a normalização da ação policial, através das *Leis da Vadiagem*.

O legado dos afãs modernizantes da capital brasileira foi o agravamento das desigualdades socioeconômicas e a dispersão das pessoas vulneráveis pelo território do Rio de Janeiro. Primeiramente, dos cortiços às favelas e, posteriormente, das favelas aos subúrbios, onde nasceram dezenas de outras favelas no decorrer do século XX. Este artigo se propôs a acompanhar o surgimento de uma destas “novas favelas” na estação D. Clara, no distrito suburbano de Irajá. Pudemos identificar que os mesmos elementos discursivos (o perigo iminente, a generalização da população como criminosos) mobilizados contra os cortiços e os morros da Favella e Santo Antônio – regiões predominantemente negras da cidade – foram utilizados para se construir este espaço criminalizado suburbano, ainda no fim da primeira década de 1900.

Consideramos a análise documental da imprensa carioca um campo rico de elementos que nos ajudem a entender a formação das favelas, situando seu surgimento e disseminação pela cidade do Rio de Janeiro no decorrer do século XX. Acompanhar a construção do antagonismo entre cidade e favela neste período é importante na medida que conseguimos identificar os agentes e interesses envolvidos neste processo, um processo ainda ativamente mobilizado nos discursos midiáticos e governamentais e acionados com os mesmos ares de espetáculo que a demolição do *Cabeça de Porco*, mais de um século atrás.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos, 2022 (5ª Ed.).

BRASIL. Código Penal de 1890. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (3ª Ed.).

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1965**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CELLARD, André. A análise documental. IN: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvares. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012 (Eª Ed.).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Aline Torres Dias da. **De Madureira a Dona Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro no contexto pós-emancipação**. São Paulo: Hucitec, 2020.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, 2011.

MACHADO, Daniel Dias. Et al. **A teoria de Cesare Lombroso e sua influência na sociedade**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 01, Vol. 07, pp. 57-73. 2021.

O'DONNELL, Julia Galli. **Narrativas (sub)urbanas: representações dos subúrbios na imprensa carioca (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

REZENDE, Fábio de Brito. **“A perdição nos subúrbios”: racismo e modernidade no distrito suburbano de Irajá (1890-1920)** (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Recebido em: 17/07/2024
Aprovado em: 17/08/2024